

Aprovado texto final da Constituição

Nova Carta recebe 474 votos a favor, 15 contra (todos do PT) e seis abstenções

BRASILIA — Por 474 votos contra 15 (todos do PT) e seis abstenções, a Constituinte aprovou, às 14h40 de ontem, o texto final da nova Constituição, ratificando, na instauração que Ulysses Guimarães fez questão de registrar nos anais, todas as decisões anteriores. No dia 5, em sessão solene, a Constituição será promulgada e entrará em vigor.

Antes que o painel eletrônico apresentasse o resultado da votação, Ulysses pediu a atenção dos constituintes para as palavras que tinha "no coração". E proclamou, sob aplausos do plenário: "Chegamos. Nós Chegamos. Graças a Deus, a sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro, chegamos!".

PROTESTOS ESQUECIDOS

Na tribuna de honra, estava o filho de Ulysses, Mora Guimarães. Nas galerias, poucos aplausos e nenhuma manifestação. Em plenário, alguns constituintes trocavam cumprimentos pelo término dos trabalhos. Até o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que hoje é ministro da Indústria e do Comércio, esteve no plenário, abraçando alguns amigos. Ele teve atuação de destaque durante quase toda a Constituinte (foi um dos fundadores do centrão) e assinou a nova Constituição "do lado participante".

Houve poucas questões de ordem. José Genoíno (PT-SP) sugeriu o cancelamento da anunciada entrega de medalhas aos constituintes e a altas autoridades; mas Ulysses nem lhe respondeu. Brandão

Monteiro pediu que se colocasse em votação projeto de decisão (com 207 assinaturas) que submete ao Congresso o recente acordo sobre a dívida externa. Ulysses alegou tratar-se de assunto complexo, que exigiria parecer prévio, e ficou de examiná-lo.

O clima estava mais para homenagens que para protestos. E Ulysses foi o centro delas. Vários oradores destacaram sua atuação. O presidente do PDS, Jarbas Passarinho, referiu-se a ele como "singularmente competente", dizendo ter sido Ulysses "severo quando necessário, paciente sempre, fraternal frequentemente". José Lourenço, líder do PFL, manifestou "profundo respeito" pelo trabalho da Mesa "na pessoa do seu obstinado presidente, dr. Ulysses Guimarães". Pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso chamou-o de "guardião da Constituinte" e o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), de "estadista que conseguiu ficar no mais alto topo da cidadania e bandeira da independência parlamentar". Ulysses até se levantou para agradecer e, com seu gesto, o plenário também se pôs de pé e o aplaudiu.

RESPOSTA ÀS "VOZES"

No final, o presidente da Constituinte fez questão de registrar nos anais sua explicação do processo de elaboração constitucional, para reabrir "certas vozes" que punham em dúvida algumas decisões tomadas no segundo turno e sugeriam um terceiro. Ressaltou terem sido essas decisões tomadas com base em fusões de emendas resultantes de acordos de lideranças, nos quais se buscou sintetizar os propósitos dos autores. De acordo com Ulysses, tudo passou pelo julgamento do plenário e foi referendado por sua decisão soberana. A redação final, a seu ver, por interpretação regimental, poderia até ser aprovada em votação simbólica. A aprovação, porém, por maioria muito mais do que absoluta, representava mais uma ratificação de todo o trabalho. Além disso, o regimento "é meio e não fim". O objetivo, em qualquer texto legal, "é a verdade, o bem e a justiça", declarou Ulysses.



Genoíno (E) abraça Passarinho: divergências não impedem adversários políticos de cultivar o respeito mútuo



Maciel, Thame e Jobim: à espera da promulgação

Sant'Anna evita encenação

BRASILIA — O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), não apresentou ontem, na sessão de votação final da Constituinte, a questão de ordem que havia prometido: a necessidade de um terceiro turno de votações do mérito, tendo em vista a introdução de dispositivos inteiramente novos, no segundo turno. A desistência frustrou uma encenação teatral combinada na noite anterior com o líder do PMDB, Nelson Jobim (RS).

Segundo o acordo, Sant'Anna demonstraria que qualquer matéria precisa ser votada em dois turnos, porque em um único poderia provocar recursos posteriores à Justiça, caso alguém se sentisse prejudicado. Jobim contraditariamente, argumentando a inexis-

tência de matéria nova, porque tudo surgiu de emendas, destacou e fusões aprovadas pelas lideranças. A decisão ficaria com Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte; a sessão de redação final seria também uma sessão de convalidação do mérito, solução satisfatória para Sant'Anna.

Ontem, no entanto, Ulysses chamou Sant'Anna à Mesa para saber se ficaria satisfeito com uma declaração sua, antecipando-se à questão de ordem, sobre o caráter amplo da sessão. O líder aceitou, desfez o jogo e desistiu de se manifestar em plenário. Ulysses, por sua vez, seguiu à risca a nova combinação. Agora Sant'Anna não vê como se contestar a validade de qualquer dispositivo com recursos judiciais.

Lula explica por que o PT votou contra

BRASILIA — O líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), explicou ontem que sua bancada votou contra o texto da nova Constituição porque ela ainda é muito conservadora. Embora reconheça alguns avanços sociais, Lula entende que "não é desta vez que a sociedade brasileira e os trabalhadores vão ter uma Constituição que os beneficie".

REAÇÃO

O líder do PT afirmou que, no momento da votação da nova Constituição, os pontos importantes tiveram uma abordagem "conservadora", quando não "reacionária", como a reforma agrária (que ele diz não conseguiu ser incluída no Estatuto da Terra) e o papel do Exército. Castelo Branco, os quais permaneceram inalterados, prontos para dar outros golpes, como o de 64.

O deputado cobrou ainda do plenário um esforço no sentido de preparar e aprovar as leis ordinárias e complementares necessárias à regulamentação definitiva de muitos pontos da Constituição, evitando, de antemão que esse esforço seja concretizado. Não sendo votadas essas leis, lembrou ele, "muitos avanços da Constituição ficarão apenas no papel".

Festa no plenário termina logo

BRASILIA — Não houve grandes comemorações ontem no Congresso, depois da votação que aprovou globalmente o texto da nova Constituição. Os constituintes votaram e foram almoçar, como nos dias comuns. Segundo o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), os constituintes já haviam comemorado o suficiente na ocasião do encerramento do segundo turno, no início do mês. "Hoje, houve apenas o polimento da moldura", comentou.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), um dos que mais se empenharam em adiar o final dos trabalhos da Constituinte, ontem se confessou emocionado. "Não houve vencidos. A Carta tem aspectos positivos e negativos. Vai caber à Nação avaliar seu conteúdo", afirmou. E concluiu: "Fizemos o possível. Agora nos resta respeitar a Constituição, como democratas".

Também o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), se declarou emocionado. Final, afirmou, durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição saiu da condição de político obscuro, eleito com um dos menores índices de voto em seu estado, para a de líder do maior partido do País.

COCHICHOS

Boa parte dos constituintes, porém, não tinha muito tempo para se emocionar. Eram os candidatos a prefeito nas próximas eleições, que aproveitavam a última sessão para fazer campanha, como o deputado José Serra, que disputa a Prefeitura de São Paulo pelo PSDB. Com uma equipe de televisão, Serra circulou por todo o Congresso. Passou quase 15 segundos cochichando ao ouvido de Ulysses Guimarães, enquanto o momento era gravado para sua campanha. Buscava deixar-se filmar com todos os grupos da Constituinte para demonstrar seu espírito negociador. Fez questão, por exemplo, de aparecer ao lado da deputada Dirce Tutu Quadros, sua companheira de partido e filha do atual prefeito de São Paulo, Jânio Quadros.

Pouco antes da votação, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) foi ao microfone e disse que o texto não tinha boa roupagem. E acrescentou: "Não o vestiram bem para a festa de promulgação". Segundo Egidio, existem trechos com estilo confuso e há também erros técnicos. Pediu que a Comissão de Redação, nos 15 dias que ainda restam para a promulgação, faça uma "limpeza" no texto.

O deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA) apontou uma "alteração de mérito" introduzida pela Comissão de Redação na parte referente ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), com a supressão da palavra "logado". Pediu que seja feita a correção por se tratar de alteração importante, e anunciou contar, para isso, com o apoio de um dos relatores-adjuntos, José Fogaça (PMDB-RS), e de um dos vice-presidentes da Comissão de Redação, Jarbas Passarinho (PDS-PA).

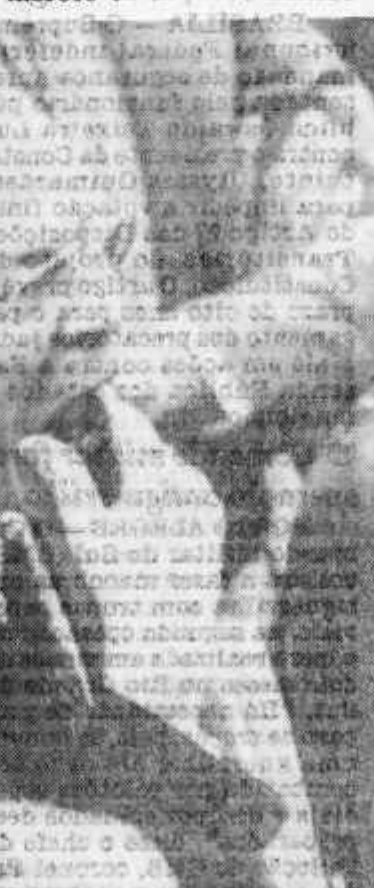
Egidio e Juvenil foram dois dos 29 constituintes que conseguiram falar durante o "pinga-fogo" — período de breves discursos — da última sessão de trabalho. A próxima, em 5 de outubro, será a sessão solene, para promulgação da nova Constituição. Em seguida, estará dissolvida a

Constituinte. Dezenas de parlamentares que não conseguiram falar encaminharam à Mesa discursos escritos para figurarem nos anais da última sessão.

OURO

Vários oradores falaram sobre a nova Constituição. Prestaram homenagem aos que colaboraram para a sua elaboração, agradeceram a colegas, funcionários e jornalistas. Mas vários outros trataram de assuntos gerais e regionais. E não faltaram novas críticas à decisão da Mesa da Constituinte de cunhar medalhas para distribuir aos parlamentares e altas autoridades. José Genoíno (PT-SP) pediu o cancelamento da distribuição.

Paulo Delgado (PT-MG) falou contra a "discriminação" nas medalhas que serão de ouro, prata e bronze. Disse que o presidente Sarney (que receberá uma das cinco medalhas de ouro, como o presidente da Constituinte, o presidente do Congresso, o presidente do Supremo Tribunal Federal e o relator) "não a merece".



Sant'Anna boceja: desistiu de pedir terceiro turno

Líderes destacam os direitos sociais

BRASILIA — Um grande "ponto de encontro" do Brasil, onde os mais variados segmentos da população tiveram a oportunidade de sentir, talvez pela primeira vez na História do País, a consciência de seus direitos — desta forma o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), um dos líderes partidários que se pronunciaram na última sessão de votação da Constituinte, definiu o processo de elaboração da nova Carta.

Segundo Fernando Henrique, a Constituição terá defeitos mas assegurará, como nenhuma outra, os direitos do cidadão. Entre as principais conquistas, na opinião do senador, está a instituição do mandato de segurança coletivo, o mandato de injunção, o habeas data e a descentralização do poder. Fernando Henrique conclamou o deputado Ulysses Guimarães — que chamou de "guardião da Constituinte" — a ser o defensor da nova Carta, "em face das tentativas que se esboçam contra os benefícios aprovados para os trabalhadores e o povo em geral".

Além de Fernando Henrique, outros líderes também ressaltaram a importância de se garantir a aplicação dos direitos sociais e trabalhistas da nova Constituição. "A vigência do texto é agora o grande desafio para o Congresso", declarou o deputado Nelson Jobim (RS), líder do PMDB. Para ele, o Poder Legislativo, que foi fortalecido na nova Constituição, precisará demonstrar à Nação que tem "competência e lucidez" para o exercício dos novos poderes. "Se este texto falhar, a responsabilidade será talvez exclusivamente nossa", acrescentou.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), afirmou que, embora tenha críticas ao projeto — como as restrições impostas a empresas de capital estrangeiro — "ninguém poderá insurgir-se contra a nova Carta, seja qual for seu poder ou importância pois ela representa a vontade soberanamente expressa pela Assembleia Nacional Constituinte".

garam a Constituinte, mas fizeram ressalvas ao resultado final. Para Lourenço, muitos dispositivos da Ordem Social são de difícil aplicação e prejudiciais ao desenvolvimento do País. "Na área social, estamos aprovando uma Constituição de direitos, quase nunca de deveres", declarou.

Affif apontou a "manutenção do sistema corporativista, que conseguiu unir a esquerda e a direita", como a preocupação maior dos constituintes. O deputado liberal disse que de nada adianta um texto constitucional com uma Ordem Social avançada, "se temos uma ordem econômica defasada no tempo e no espaço, um capitalismo sem capital".

Outros temas também foram abordados pelos líderes partidários, no encerramento das votações da Constituinte. O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) criticou o acordo de governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). "As vésperas da promulgação da nova Constituição, sem que a Nação ou o Congresso Nacional saibam das cláusulas impostas em troca da liberação de recursos".

O líder do PSB, deputado Ademir Andrade (PA), aproveitou o tempo destinado às lideranças para defender a realização de uma campanha em favor da implantação do parlamentarismo, com vistas ao plebiscito sobre sistema de governo que a Constituinte marcou para 1993. O deputado Gastone Righi preferiu lembrar as alterações no regimento interno da Constituinte feitas por iniciativa do Centrão, antes do primeiro turno de votações. "que permitiram o restabelecimento da vontade da maioria".

Elogios à criação do Estado de Tocantins ocuparam a maior parte do discurso do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que salientou a luta de 179 anos do povo tocaninense "por sua emancipação. Dois partidos — PCB e PC do B, que também votaram "sim" — reivindicaram o mérito de ser a primeira agrêmiação a defender a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; o PC do B em 1966 e o PCB em 1967.

ATENÇÃO CANDIDATOS.
JOGOS DE CAMISAS E BOLAS.
FRONTA ENTREÁ.
LIGUE (011)425-2576. LOJA DOS ESPORTES